cultura africana na Educação Infantil. Como a cultura africana é uma das culturas mais influentes na formação do povo brasileiro e, através da Lei 10.639/03, tornou-se obrigatório o seu ensino nas salas de aula, é necessário um aprofundamento sobre o assunto para que o ensino aprendizagem ocorra de forma satisfatória. No entanto, a falta de conhecimento e noção para sua aplicação didática tem atrapalhado o alcance dos objetivos propostos pela lei, como tem estagnado a progressão do ensino da cultura africana no âmbito educacional. A metodologia utilizada foi pesquisa bibliográfica, abordando assuntos diversificados, os quais compõem a história da África e a cultura africana em si. Sendo ainda um desafio para os docentes trabalharem com a cultura africana com as crianças dos CEIs e EMEIs, devido à resistência dos pais e professores e, por muitas vezes, pela falta de conhecimentos necessários para um ensino de qualidade, a difusão da cultura precisa ser amparada por uma didática objetiva e impulsionadora de mudanças.

Palavras – Chave: Africanidades. História da África. Cultura Africana.

INTRODUÇÃO

A história da África e a cultura africana, mesmo sendo uma das que compõem a cultura brasileira, sempre ocupou uma posição sucinta ou quase imperceptível na área educacional. A sua influência, apesar de ampla, nunca possuiu o valor devido ou foi atribuída à importância correta.

Com a promulgação de leis que obrigam o ensino da História da África e da cultura africana na sala de aula, a educação brasileira ganhou um novo olhar e uma nova perspectiva. Contudo, dois fatores preponderantes ainda atrapalham o andamento satisfatório deste ensino: as resistências provenientes de preconceitos e a falta de formação específica dos docentes.

O ensino da cultura africana é complexo e exige muita desenvoltura dos docentes para ultrapassarem as barreiras da resistência dos pais e alunos, do racismo e em como lidar com ele no âmbito educacional, dos estigmas e em como desenvolver trabalhos gradativos que mudem a visão, a percepção e a ação dos seus alunos perante as temáticas que envolvam tal cultura.

PRÁTICAS DE ENSINO DA CULTURA AFRICANA E AFRO BRASILEIRA COMO FATOR PREPONDERANTE DE MUDANÇAS

Para se combater o racismo e poder valorizar a cultura africana, a qual compõe a brasileira, é necessário que haja um profundo conhecimento histórico sobre o continente africano. É importante que características diversificadas das localidades e povos sejam destacadas, assim como, as similaridades percebidas no nosso dia a dia, as resistências do período escravagista sejam ressaltadas e toda distorção da educação focada no eurocentrismo seja corrigida.

[...] Diferentemente dos indígenas, que, desde o início da colonização, tiveram a atenção dos missionários empenhados na catequização e, muitas vezes, na sua proteção, os negros que para cá vieram nunca mereceram atenção espe-

cial dos padres e de quem quer que fosse. [...] Ao contrário, eles o tinham em pouca conta. [...] De qualquer modo, os jesuítas estavam entre as pessoas, como fazendeiros, advogados, médicos, que produziram a ideologia de depreciação do negro como indivíduo semi-humano e destinado ao trabalho servil. Aliás, faz parte da mentalidade do escravizador justificar os maus – tratos pela inferiorização da capacidade de compreender e de comportar-se desses seres considerados primários. (ARANHA, 2006, p.329).

Nas décadas de 70, 80 e 90, a imagem que se tinha do trabalho realizado pelos jesuítas era de bondade, docilidade, conversão à religião cristã, respeito pelo ser humano. Contudo, a história foi difundida por um único ângulo, através do qual se percebia o trabalho que foi feito com os indígenas. No entanto, a pessoa caridosa e respeitosa, cheia de instruções e boas intenções, representada no papel do catequizador jesuíta, logo são transformadas, quando surge a possibilidade de observar outro ângulo, através do qual o jesuíta faz acepção do negro escravizado no direito ao estudo, não os considerando sequer humanos.

Outra imagem a ser transformada é a da princesa Isabel, a qual protagonizava, nos livros de história, a heroína que libertou os escravos. Até o início da década de 90, o ato da assinatura da Lei Áurea, ecoava como uma indignação à escravatura, por parte da família real e como um presente dado aos negros: a sua liberdade. Inúmeros estudantes foram ludibriados por esta forma de difusão da história e focavam mais no ato de benevolência real, do que na própria abolição da escravatura. Por isso mesmo é de extrema importância que a informação seja passada de forma completa e verdadeira, na qual o Brasil resistiu ao máximo em libertar os negros escravizados e que só o fez após décadas de pressão.

No auge da Ditadura Militar, em 1971, organizou-se em Porto

Alegre o Grupo Palmares, liderado pelo professor Oliveira Ferreira da Silveira. Naquele ano, pela primeira vez, por iniciativa do grupo, celebrou-se o 20 de novembro, data da morte de Zumbi dos Palmares no longínquo 1695. O Dia da Consciência Negra, idealizado por Silveira, surgia em contraposição ao 13 de maio, dia da abolição da escravatura. (MAGNOLI, 2009, p.322)

Segundo Magnoli (2009, p.158), na declaração de 1950 da UNESCO, estava escrito que o Brasil 'sofre menos do que outras nações os efeitos' do preconceito de raça, e, por isso, era preciso compreender as razões da 'harmonia que existe no Brasil. Contudo, houve uma 'maquiagem' de harmonia existente entre as raças no Brasil. Como houve uma inundação de negros africanos, chegando a superar o número de habitantes do país, teríamos que conviver com um mínimo de tolerância. Pois, as cores se misturaram, assim como as crenças e todas as culturas em si. O que não quer dizer que não haja racismo. No entanto, considerando o período da década de 50, se comparado com os Estados Unidos, o Brasil seria considerado um país de harmonia entre suas raças, devido a nos Estados Unidos a segregação racial, a opressão sofrida pelos negros e os conflitos raciais em si, representarem problemas demasiadamente significativos

para serem contornados.

No âmbito educacional os negros tardaram a ter sua história reconhecida. Porém, ainda que timidamente, movimentos negros conseguiram pressionar o governo para que algumas injustiças fossem amenizadas.

A LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996, afirma que:

Título V Dos Níveis e das Modalidades de Educação e Ensino

Capítulo II. Da Educação Básica Seção I Art. 26º § 4º O ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e europeia. (BRASIL, 1996)

Mesmo estando contido como obrigatório na LDB, o ensino da cultura africana nas escolas ainda não acontecia e ainda não acontece como deveria. Há muitos entraves que impossibilitam o trabalho dos educadores, sendo um deles, a falta de preparo e conhecimento para lidar com temas voltados à cultura africana, principalmente os que esbarram na religiosidade, estereótipos de beleza física e o racismo.

Para reforçar o ensino da cultura africana nas escolas, surgiu a Lei 10.639 de 09 de janeiro de 2003, a qual acresce a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, no Art. 26-A, o qual informa que:

Art. 26-A Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro Brasileira.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro Brasileira serão ministrados no âmbito educacional de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileira. [...]

"Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como 'Dia Nacional da Consciência Negra'". (BRASIL, 2003)

Como parte dos docentes não possuía mais que o magistério do Nível Médio supõe-se que a maioria desconhecia os fundamentos da LDB, a qual assegurava o ensino das matrizes indígena, africana e europeia. Dando a cultura europeia o mesmo destaque que sempre teve em sala de aula. Sendo assim, a Lei 10.639/2003 surgiu para ressaltar a importância do ensino da cultura africana nas escolas tornando-a componente obrigatório no currículo escolar. Por ser lei, teve que ser cumprida.

No entanto, a qualificação dos docentes ainda era insatisfatória quanto ao conhecimento da cultura africana e em como poderia ser inserida em sua didática e prática em sala de aula, principalmente ao conciliá-la com outras disciplinas.

A deficiência quanto à aplicação da Lei 10.639/2003 se dava também pelo tipo

de educação eurocentrista que a maioria dos docentes tiveram a falta de conhecimento de assuntos voltados a essa temática e a pouca quantidade de material bibliográfico que auxiliasse no ensino.

Em 10 de março de 2008 foi promulgada a Lei 11.645, a qual veio agregar a LDB de 1996:

Altera a Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro – Brasileira e Indígena". (BRASIL, 2008)

A Lei 11.645/2008 veio para complementar à obrigatoriedade do ensino da outra cultura que compõem a LDB de 1996 e que, igualmente à Cultura Africana, também não tinha o valor devido nas escolas, que é a Cultura Indígena. No entanto, por ser composto por diversos povos e outras culturas, é válido ressaltar que, a cultura africana e indígena são mais percebidas em algumas regiões do Brasil do que em outras. O significado da vivência de tais culturas, bem como, de suas características, é mais notado em alguns estados do que em outros. Por esse aspecto, entre outros, o nível de identificação com essas culturas é mais alto do que em outras localidades. Há por exemplo, a Bahia, a qual possui características fortes da cultura africana nos mais diversos âmbitos e o estado do Pará e Amazonas, nos quais a cultura indígena é mais predominante.

Nos estados do sul a percepção quanto à cultura europeia e asiática é maior que em outras regiões. Porém, não é por causa da maior ou menor escala de potencialidade das culturas, nesta ou naquela região, que uma cultura ou outra não deverão ser estudadas e valorizadas.

No PCN – Parâmetros Curriculares Nacionais – Pluralidade Cultural, informa que:

Para os alunos, o tema da Pluralidade Cultural oferece oportunidades de conhecimento de suas origens como brasileiro e como participante de grupos culturais específicos. Ao valorizar as diversas culturas que estão presentes no Brasil, propicia ao aluno a compreensão de seu próprio valor, promovendo sua autoestima como ser humano pleno de dignidade, cooperando na formação de autodefesas a expectativas indevidas que poderiam ser prejudiciais. Por meio do convívio escolar possibilita conhecimentos e vivências que cooperam para que se apure sua percepção de injustiças e manifestações de preconceito e discriminação que recaiam sobre si mesmo, ou que venha a testemunhar e para que desenvolva atitudes de repúdio a essas práticas. (BRASIL, 1997, p. 39)

O PCN de Pluralidade Cultural norteia o professor sobre os temas e os subtemas que podem e devem ser tratados em sala de aula. Em tais assuntos, constam outros, os quais aparecem através dos debates em sala de aula, possibilitando ao grupo desconstruir e reconstruir conceitos, proporcionando ao aluno a reflexão crítica que o levará a formar a sua opinião, de forma clara, sobre a diversidade cultural no qual está inserido.

CULTURA AFRICANA NA EDU-

CAÇÂO INFANTIL

A cultura africana é rica em contos e mitos o que dá margem para trabalhos variados. A influência da cultura na culinária, artesanato, músicas, danças e vocabulário podem ser trabalhados por muitos anos, devido a sua riqueza e complexidade. O aluno precisa sentir-se parte dessa cultura. Precisa identificar-se com ela e identificá-la em tudo a seu redor.

As experiências vivenciadas na Educação Infantil devem conter pontos de ligação com a História da África e sua cultura, como também, o tema transversal 'ética', deve ser incansavelmente trabalhado, juntamente com o tema 'Pluralidade Cultural'.

O trabalho junto às famílias também é necessário, pois a família participando das experiências podem torná-las mais ricas e produtivas. Nesse aspecto é importante que a Lei 9.459 de 13 de maio de 1997 sirva para reprimir esses atos degradantes e depreciativos, e incentive a reflexão de atitudes preconceituosas.

Art.1º Os arts. 1º e 20 da Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Serão punidos, na forma desta Lei, os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional".

"Art. 20". Praticar, induzir ou incitar a discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional.

Pena: reclusão de um a três anos e multa.

Art. 2º O art. 140 do Código Penal fica acrescido do seguinte parágrafo:

"Art. 140 [...] §3º Se a injúria consiste na utilização de elementos referentes a raça, cor, etnia, religião ou origem:

Pena: reclusão de um a três anos e multa". (BRASIL, 1997).

É válido ressaltar a todos as crianças que, não somente o preconceito racial é perverso, como também, é crime. E que todos os que descumprem a lei são passíveis de punição. Ressaltando também que, discriminar as pessoas por suas religiões, procedência nacional e etnia, também são crimes. No entanto, o trabalho deve ser direcionado para um ângulo diferenciado. As criança podem compreender que não é só pelo fato de haver a possibilidade de punição legal que a discriminação racial deve ser reprimida. Mas sim por ser um ato desumano, desonroso, imoral, injusto, que pode levar à consequências graves e irreversíveis na vida dos que cometem e dos que são vitimados por ele não importa a idade rodas de conversas é sempre muito interessante de ser realizar com as crianças.

Para que a cultura africana possa ser aprofundada quanto a seu conhecimento, faz-se necessário quebrar a visão deturpada, a resistência e a falta de respeito pela mesma, proveniente de pais e educadores. A visão do negro não deverá ser de um coitado e fraco, passivo, inferior, o qual aceitou a escravidão e que não lutou por sua liberdade e que, atualmente, precisa de uma lei para protegê-los. Mas sim, de um povo que foi injustiçado, violentado, tendo suas crenças e culturas desrespeitadas e oprimidas, como se não tivessem uma história, só porque era di-

ferente, quando comparados a sociedade europeia, a qual era a dominante daquela época. E, da mesma forma que toda a sociedade brasileira contribuiu para injustiçar os negros, somente por não aceitar a cor da sua pele, atrasando assim o seu desenvolvimento político, econômico e social, privando-os dos direitos e deveres de cidadãos, hoje existe sim, a necessidade de haver leis que protejam os direitos dessas pessoas, visando amenizar os efeitos decorrentes de anos e anos de exploração e retardo educacional e profissional.

Mesmo faixa etária de bebês e crianças o professor deve explorar mais a energia deles e aplicar o estudo da cultura africana de forma mais dinâmica. As propostas educacionais podem abranger gincanas, feiras culturais, apresentações em grupos concernentes a músicas africanas ou afro brasileiras, representações teatrais de lendas e mitos africanos, apresentação de fantoches, entre uma ampla gama de possibilidades. Tudo que envolve ação agrada a esse público.

As crianças tendem a valorizar tudo o que os aproxime de outros grupos. É uma fase de buscar a sua identidade. Quando não consegue se inserir em um grupo, a criança nessa fase pode tornar-se mais arredios e desinteressados principalmente se o fator que o leva a não se agrupar seja por motivos de acepção por parte dos pares, timidez ou mesmo, por ter baixa autoestima.

Bock; Furtado; Teixeira; afirmam que:

[...] O estigma refere-se às marcas – atributos sociais que um indivíduo, grupo ou povo carregam e cujo valor pode ser negativo ou pejorativo. [...] Estes são atributos facilmente reconhecíveis como carregados de um valor negativo para a maioria das pessoas e determinam, para o indivíduo, um destino de exclusão ou a perspectiva de reivindicação social pelo direito de ser bem tratado e ter oportunidades iguais. Esta dificuldade é "perpetuada", ao longo das gerações, pela educação familiar, pela escola, pelos meios de comunicação em massa, por cada um de nós em nosso cotidiano, o que leva à construção de uma carreira moral para o indivíduo estigmatizado, isto é, sua identidade vai incorporar este atributo ao qual corresponde um valor social negativo. (BOCK; FURTADO; TEIXEIRA, 2002, p. 209).

O fato de uma pessoa ser negra, para alguns grupos, é um sinal de inferioridade quanto a beleza física, representando uma imensa possibilidade de ser criminosa, ou caracterizada como de pouca higiene. É comum que frases racistas ainda bramem nas escolas como se fossem piadas. Sendo estas frases passadas de pai para filhos, se perpetuando por longos anos:

'preto e pobre nesse país não prospera', 'preto não tem vez', 'preto quando não defeca na entrada, defeca na saída', entre tantas outras frases que causam repúdio aos ouvidos.

A Educação Infantil pode promover atividades antirracistas. Nos CEIs e EMEIs a disputa pela atenção do amigo e da professora algo de interesse estar com outro vai além da aparência física e isso dever ser aproveitado e muito desenvolvido pelos professores que podem com uso da literatura infantil que hoje traz uma gama de temas a serem explorados. O fator cor

de pele torna-se um quesito crucial e o estilo do cabelo ou as roupas podem ser exploradas positivamente, o que leva a valorização das diferenças e potencializa as igualdades para minimizar caso ocorra ofensas com intenções de inferiorizar o outro perante o grupo. Mesmo não sendo um trabalho estritamente educacional, mas também familiar, os professores tem como suporte a BNCC e o Currículo da Cidade de São Paulo que trazem inúmeras experiências com Africanidades. É um trabalho cuidadoso e complexo, mas o professor poderá desenvolver experiências de potencialização da autoestima das crianças, concomitantemente, levar a literatura infantil com mais impulso para dentro da unidades escolares.

Outro recurso são os passeios externos. Com as crianças das EMEIs os passeios aos museus podem ser explorados, por exemplo, o Museu AfroBrasil, isso não quer dizer que os bebês também não possam participar de passeios a museus, se tudo estiver monitorado não há problema algum levar os bebês para um passeio cultural.

Os filmes sobre os mais diversos assuntos voltados a História da África e a cultura africana brasileira também são bem vindos e devem ser apresentados ás crianças para que eles posam se identificar com os personagens, as músicas são uma alegria que os representam a festividades e símbolos dos negros e seus descendentes , as experiências com brincadeiras também é uma maneira de conhecer através do lúdico uma cultura tão rica .

Quanto à exploração da história mundial, é interessante que haja um aprofundamento quanto a desmistificação de que a África era um continente de seres animalizados, sem cultura e sem história. É um período para apresentação de diversos contos que tratem da parte histórica e geográfica do continente africano, dos seus antepassados e da África na atualidade.

O trato da cultura africana já flui com maior tranquilidade quando as crianças podem argumentar e desenvolver a autonomia de participar das brincadeiras e jogos africanos. Pode-se também trazer inúmeros poemas, artes, músicas, história africana e afro brasileira, bem como, alguns filmes, exposições de teatro e fantoches, o professor como mediador pode e deve ousar mais. A curiosidade é a maior motivação.

È importante que as crianças tenham a noção da amplitude da cultura africana na formação do vocabulário usado no Brasil, da arquitetura, nas músicas, no gingado da dança e do futebol, em tudo que nos cerca e no que somos. É necessário que essa identificação da africanidade esteja marcada na memória de cada um. Que nada dessa cultura rica e sobrevivente venha a se perder.

Ao chegar ao continente africano, os europeus encontraram reinos, impérios e grandes cidades. Os europeus, que pouco sabiam a respeito da África e suas ilhas, passaram a escrever sobre aquilo que aprendiam no contato com os africanos. [...] Cada sociedade, no entanto, tem sua maneira especial de guardar, conservar e transmitir suas histórias, saberes e tradições. Como diz um velho provérbio angolano: “os brancos escrevem nos livros e nós escrevemos na alma”. [...] Há povos

que conservam e transmitem seus conhecimentos pela escrita, outros transmitem pela oralidade. Isso não quer dizer que um seja superior ou inferior a outro. Apenas são diferentes.

(BARBOSA, 2007, p. 50)

A escravidão dos negros africanos também pode ser vista numa roda de conversa , mostrar como a escravidão foi justificada pelos europeus pelo fato de não encontrarem a 'escrita' e pré julgarem que isso representava não ter história ou cultura. Inúmeras pessoas foram subjugadas a escravidão por outros povos por considerá-las diferentes e assim, indignas da liberdade com a qual nasceram. No entanto, os algozes foram tão ignorantes, que ao conhecerem o povo africano, se depararam com uma cultura rica, ampla e mais antiga que a deles. Assim foi formado o Brasil. Das diversas culturas que formaram o povo brasileiro, a africana é a mais ampla e significativa delas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ensino da História da África sempre foi deficitário, nos capítulos nos livros de história eram extremamente reduzidos, escondendo a complexidade de informações que poderia ter a respeito desse continente, o qual o berço da humanidade, mesmo hoje ainda muitos professores tem receio de abordar com as crianças de CEI e EMEI o assunto. A África foi vista, durante muitos anos, através de um perfil traçado por pobreza, miséria, fome, guerras civis, vida selvagem e doenças. É como se desse continente só viessem coisas negativas aos olhos do restante do mundo.

Durante décadas de lutas, movimentos negros pressionaram os governantes para que medidas fossem tomadas e amenizassem o impacto negativo que a escravidão teve para os negros no Brasil. Não haveria a extinção do racismo, o qual os governantes ainda tentam camuflar e o qual vitima os negros brasileiros. Nem iriam acabar com a pobreza e a marginalidade, as quais são compostas, em sua predominância, pela população negra. Contudo, paulatinamente, as conquistas irão fazer a diferença na sociedade, pois, aos poucos, o povo tem conseguido tirar as vendas dos olhos e enxergar a verdade que se esconde por trás de uma falsa democracia, de uma falsa igualdade. Não há como o povo se identificar com o que não conhece e com o que ficou camuflado. Não há atrativo algum em querer ser comparado e admirar uma cultura a qual foi difundida ressaltando, avidamente, pontos negativos. A História da África e dos africanos é uma história escondida dentro da história do mundo. E, como as demais, deve ser atribuída respeito e importância, pois, equitativamente, contribuiu para a história de todos os outros continentes.

O professor de Educação Infantil precisa participar de formação continuada e/ou outros cursos que o leve a conhecer consistentemente a História da África e a cultura africana, pois não há como ensinar o que não se tem conhecimento, pode também buscar estratégias didáticas que viabilizem o ensino aprendizagem e que aperfeiçoem o tempo para tais aplicações.

Os professores de crianças e bebês podem envolver os pais, pois ajudam a reprimir falhas advindas dos lares de suas crianças, pois são os pais quem vão auxiliar as crianças negras a vencerem a baixa autoestima, os estigmas, superar os